

# 158 Dornelles vai presidir Finanças

**BRASÍLIA** — Ao ser eleito, ontem, presidente da Comissão de Finanças da Câmara, o deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) disse que os trabalhos iniciais vão consistir no acompanhamento da política financeira e fiscal do governo federal, principalmente para verificar se os princípios constitucionais nesse campo estão sendo cumpridos pelo Executivo. "Espero que todos os trabalhos e debates na comissão se desenvolvam em clima de entendimento e consenso, que é a melhor maneira de fazer com que essas decisões tenham maior força e legitimidade", afirmou o deputado.

A eleição de Dornelles, fruto de entendimento, visa a dar continuidade aos trabalhos da Comissão de Finanças e Tributação da Constituinte, que ele também presidiu e foi a responsável pela reformulação do sistema financeiro e tributário nacional. A comissão da Câmara deverá elaborar toda a legislação complementar que regulamentará o campo financeiro e fiscal.

**Os vices** — A maior preocupação de Dornelles é verificar se estão sendo cumpridos os dispositivos constitucionais, entre eles o que separou o Banco Central do Tesouro Nacional e o que proibiu o Banco Central de fazer empréstimos ao Tesouro, para cobrir déficit do orçamento fiscal. Outro ponto que a Comissão de Finanças pretende verificar é se a União e os estados estão repassando aos municípios os recursos fixados pela Constituição.

"A minha presidência é de natureza apenas protocolar e encaro cada integrante da comissão como se fosse o presidente", disse Dornelles. Os três vice-presidentes são os deputados José Serra (PSDB-SP), que era o relator da Comissão de Finanças e Tributação da Constituinte; Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), que presidiu a Subcomissão de Tributos; e Arnaldo Prieto (PFL-RS). Dos 51 integrantes da comissão, destacam-se os deputados e economistas Fernando Gasparian (PMDB-SP), Irajá Rodrigues (PMDB-RS), Mussa Demes (PFL-PI), Basílio Villanni (PMDB-PR), Osmundo Rebouças (PMDB-CE) e Roberto Brandt (PMDB-MG).

**Debates** — As primeiras leis complementares, que deverão ser redigidas pela Comissão de Finanças, são a que vai semi-elaborar os efeitos da incidência do ICMS e as que regulamentam o sistema tributário e o sistema financeiro. O sistema financeiro adotado pela Constituição de 1988 apenas traçou princípios básicos, e todo seu texto está sujeito à regulamentação através de legislação complementar.

"A Comissão de Finanças pretende promover grandes debates com representantes da sociedade que atuam no campo fiscal e financeiro — professores, economistas, advogados, políticos e representantes de classes. Debateremos os problemas e aceitaremos sugestões", declarou Francisco Dornelles.